

DS

ARTIGO

SERVIÇO PÚBLICO, NÃO. É SERVIÇO DO POVO! NÃO À PEC 32!!!

O retorno das atividades do Congresso Nacional nesse início de agosto, impõe um olhar atento de toda população com relação a tramitação da PEC 32, a chamada reforma administrativa. Porém, não se pode chamar a PEC de reforma, pois nenhuma reforma destrói a base estrutural em que se sustenta aquilo que se pretende reformar, seja uma casa, um prédio ou, nesse caso, uma legislação, a Constituição Federal.

Às vezes, quando a imprensa fala em serviço público, parece aos ouvidos de quem ouve o termo, como algo abstrato. Mas não é!. Por isso, a partir deste artigo, só chamarei o serviço público de serviço do povo, e servidor público de servidor do povo! Pois é isso que é e, é isso que somos, servidores do povo e não dos governos e mandatários de plantão.

Em meio a maior pandemia dos últimos 100 anos, em nenhum momento o serviço do povo parou. Servidores do povo como os professores, se desdobraram para, direto de suas casas simples, darem aulas de forma virtual, gastando energia, cada vez mais cara, internet e, inclusive, seus próprios instrumentos de trabalho como computadores e celulares, pois nem isso os mandatários de plantão, inimigos do povo, garantiram a esses trabalhadores.

Nunca se precisou tanto dos serviços do povo na área de saúde como nessa pandemia. E lá, os médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem do povo, vêm morrendo com a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) como máscaras e luvas, sendo contaminados e mortos pelo vírus que combatem, para nos salvar aos milhares, aos milhões!.. Sabe o técnico de enfermagem, que cuidou de seus familiares quando acometidos pela Covid, que deu banho, fez higiene pessoal, deu comida na boca, carinho?. Pois então, são esses servidores do povo, de nós todos, que estão sendo atacados com essa PEC.

Mas como a PEC 32, esse malfadado projeto de emenda à Constituição Federal, pode afetar e diminuir a ponto de quase eliminar, os serviços do povo, para o povo que dele precisa? É simples, querem que os serviços do povo passem a ser serviços privados, onde algum grupo vai lucrar para fornecer tais serviços, sem qualquer garantia de melhora ou ampliação dos mesmos, mas com a garantia de muitos lucros e corrupção para quem opera tais “empreendimentos”.

A PEC 32, também conhecida como PEC da “rachadinha” e do apadrinhamento, praticamente acaba com a meritocracia, que é o concurso público, concurso do povo. Nada mais meritocrático que o filho da empregada doméstica, concorrer de igual pra igual com filho de um político ou empresário, num concurso público, onde o melhor preparado ganha a vaga numa disputa justa e limpa através de provas iguais para todos. Mas a PEC do apadrinhamento, praticamente acaba com os concursos para preenchimento das vagas abertas no setor público e, abre milhões de vagas que deveriam ser preenchidas por concurso, para indicações políticas, onde o currículo e o preparo, são o que menos importam para “ganhar” essa vaga do “padrinho” político de plantão.

Por fim, quem apoia a PEC 32 é a favor da corrupção. Pois a PEC 32 acaba com a estabilidade do servidor do povo. A estabilidade sofre ataques dos que são favoráveis a corrupção, pois somente um servidor que tem a garantia de não ser demitido sem um processo administrativo justo e com ampla defesa, ou seja, com estabilidade, pode se negar a praticar em nome de um chefe político um ato de corrupção, ou mesmo denunciar esse ato de corrupção, como vimos acontecer com o servidor do povo lotado no Ministério da Saúde que denunciou o esquema de corrupção envolvido na compra da vacina pelo governo federal. Agora imagine se esse servidor fosse indicado sem concurso por esse político que pratica um ato de corrupção? Será que teria autonomia pra denunciar sem risco de demissão?. Claro que não!

Não adianta os vereadores e deputados nas campanhas dizerem que defendem mais saúde, educação e segurança, e apoiarem quem vota ou mesmo votarem no congresso a favor da PEC 32, que acaba com as categorias que cuidam dessas áreas para o povo. Esses votos no congresso serão cobrados dos Deputados Federais e Senadores, e a consequência pode ser não serem reeleitos nunca mais!.. O povo está de olho, pois a PEC 32 acaba com os serviços do povo.

Antônio Wagner Oliveira, é Advogado, Servidor do Povo, Secretário Geral do SINPAIG MT, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros em MT, e membro fundador do Observatório Social de MT.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA

CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões
78300-000 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do

DIÁRIO DA SERRA

(65) 3326-4724

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS

E. Tormes e Cia. LTDA

CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br

Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra®

O DIA-ADIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997

Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W

Parque Mansões - CEP:78300-000

Tangará da Serra - MT - Brasil

 www.facebook.com/jornalds

 @diariodaserra

TANGARÁ DA SERRA

Vereadores derrubam veto e asseguram atividades físicas como essenciais



Sessão realizada na terça, 3

Sete projetos foram analisados em Sessão, após recesso

REDAÇÃO DS / Serra FM

Os vereadores retomaram nesta terça-feira, 3 de agosto, as Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Tangará da Serra, após duas semanas em recesso parlamentar. Por conta disso, um considerável número de ofícios, indicações e requerimentos constaram do expediente, assim como a análise e votação de um número expressivo de projetos, entre eles o que liberou recursos para a Secretaria de Agricultura (visa possibilitar a realização de processo licitatório em razão de atualização de planilha orçamentária que tem como objetivo a construção do galpão da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra) e o que autoriza a Câmara Municipal a oferecer estágio para universitários. Os vereadores ainda apreciaram duas mensagens de veto, sendo uma ao projeto de lei que reconhece a prática de atividades físicas como essenciais no âmbito do Município de Tangará da Serra. O projeto foi rejeitado por unanimidade, confirmando assim a atividade essencial em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais. Foi discutido também o Projeto de Lei nº 77/2021, de autoria do Executivo Municipal, que tem por objeto a abertura de crédito no valor de R\$ 100 mil e, se aprovado, permitirá à Câmara Municipal realizar um concurso público. Como o projeto teve parecer contrário da Comissão de Justiça e Legislação, o presidente da casa, vereador Fábio Brito (PSDB) pediu vistas de sete dias e o projeto poderá voltar à ordem do dia da próxima sessão.

EXTRAORDINÁRIA - Além da sessão ordinária, os vereadores aprovaram por unanimidade, em sessão extraordinária, as Contas Anuais de Governo do exercício de 2019, sob a responsabilidade do ex-prefeito Fábio Martins Junqueira.

RECURSOS HÍDRICOS

Tangará da Serra sedia reunião para discutir PRH do Alto Paraguai



LORENA BRUSCHI / Sema-MT

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT), e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) realizam em Tangará da Serra a Oficina e a Reunião Pública para discutir as ações do Plano de Recursos Hídricos (PRH) de duas bacias hidrográficas da região, a do Alto Paraguai Superior e Alto Paraguai Médio.

As reuniões presenciais iniciaram na noite desta quarta, 4, e seguem nesta quinta-feira, 5, às 8h, no Auditório Municipal.

O evento colherá contribuições para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos (PRH). O documento define as ações do Poder Público para as próximas décadas para a preservação e manutenção dos rios da região, incluindo informações sobre ações de gestão, projetos, obras e investi-

mentos prioritários. Esta é a segunda cidade a receber o evento. Nos dias 2 e 3 de agosto uma oficina e uma reunião pública foram realizadas em Diamantino.

Está previsto mais um encontro presencial em Cáceres, no dia 6 de agosto, às 18h e no dia 7, a partir das 8h, no auditório principal da Unemat. Para participar é necessário fazer a inscrição pelo link <https://forms.gle/xck-faNqeqfjyZ2mPA>